

INFÂNCIA E PANDEMIA: UM ENSAIO SOBRE OS DESAFIOS VIVIDOS PELAS CRIANÇAS

Yasmin Mayara Gomes Cavalcante ¹
Cleriston Izidro dos Anjos ²

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo de tecer algumas considerações sobre a pandemia da Covid-19 na vida de meninos e meninas. As crianças foram impossibilitadas pela pandemia de circularem em espaços altamente sugestivos a sonhos, descobertas, imaginações, explorações, encantamentos e entusiasmos, como: rua, praia, escola, shopping, casa de vizinhos, viagens, passeios etc. Assim como os adultos, as crianças também estão sofrendo social, emocional e psicologicamente com os efeitos da pandemia. Trata-se de um ensaio teórico de aproximação com a temática, cujos aspectos aqui abordados pretendem ser mais bem explorados no trabalho de conclusão de curso de graduação em Pedagogia em andamento. Para as análises e compreensões acerca deste tema, foram utilizados como principais referenciais teóricos Paniagua e Palacios (2007), Barbosa (2009), Buss-Simão e Lessa (2020), Santos e Saraiva (2020), Macedo (2020), Souza (2020) e Saraiva (2020). Conclui-se que a pandemia acentuou ainda mais os desafios da vida das crianças na contemporaneidade e, ainda, que apesar dos percalços, as crianças continuam a lutar e resistir por meio do brincar como direito e caminho de experiências.

Palavras-chave: Infância, Pandemia, Crianças.

INTRODUÇÃO

A pandemia do novo coronavírus tem impugnado novas maneiras de viver. As desigualdades se intensificaram, a marginalização se exacerbou e a contaminação se proliferou. No Brasil, os milhares de mortes causadas pela Covid-19 têm revelado a ineficácia de um sistema corrupto e sucateado pelas velhas políticas governamentais. “Nesse momento de pandemia, é como se abrissem as feridas da sociedade de forma mais contundente, revelando um adoecimento social cujos sintomas sempre estiveram aí” (BUSS-SIMÃO; LESSA, 2020, p. 1439-1440). Assim, até 23 de junho de 2021 se contavam oficialmente no Brasil 18.054.653 diagnósticos confirmados, 16.388.847 casos recuperados e 504.717 mortes confirmadas por Covid-19.³

Segundo Macedo (2020), muito antes da pandemia havia uma crise capital vigente no país. Todavia, com a crise epidemiológica essa situação aprofundou drasticamente as

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal - AL, yasmincavalcante.1996@gmail.com;

² Professor Orientador: Doutor em Educação, Universidade Federal de Alagoas - AL, cianjos@yahoo.com.br.

³ Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

desigualdades sociais em mais pobreza, desemprego, precarização do trabalho, queda da renda familiar, vulnerabilidade sanitária, menos acesso à educação, racismo, homicídios, violência, disparidades raciais e informalidade no mercado de trabalho etc.

Ninguém imaginava tamanha desordem mundial. O isolamento físico pulverizou os sentimentos de perda, solidão, medo, ansiedade, melancolia, desorientação e tédio, e o agravo da ruptura econômica desbancou “o sucateamento dos serviços públicos de saúde, educação, transporte, cultura; a falta de água e saneamento” (BUSS-SIMÃO; LESSA, 2020, p. 1423).

A pandemia tem sido cruel com quem já sofria as barbaridades do processo aniquilador e desumanizador operados pelo neoliberalismo, os grupos marginalizados, que agora também são mais expostos a ameaça de um vírus que os impede de “ganhar” a vida nas ruas e na informalidade, de fazer de tudo um pouco para não morrer de fome. E nesse contexto se inserem milhares de brasileirinhos e brasileirinhas (SANTOS; SARAIVA, 2020, p. 1179).

Permeando esse cenário catastrófico, os meninos e meninas se insurgem como sujeitos de enfrentamento à pandemia. Apesar de suas “peculiaridades, idiosincrasias e subjetividades” (FILHO, 2021, p. 177) não terem sido retiradas de sua essência infantil, as crianças foram impossibilitadas pela pandemia de circularem em espaços altamente sugestivos a sonhos, descobertas, imaginações, explorações, encantamentos e entusiasmos, como: rua, praia, escola, shopping, casa de vizinhos, viagens, passeios etc. Desta forma, as crianças se viram restringidas ao espaço familiar como local de diversão e ensino. Por conta das medidas sanitárias no combate ao SARS-CoV2, muitas crianças passaram a conviver reclusas no ambiente familiar sem contato direto com outras crianças e adultos dos espaços educacionais. O toque, o cuidado, as interações, a presença corporal, as produções culturais, as propostas pedagógicas e o brincar coletivamente foram suplantados pelas rupturas impostas do distanciamento e do isolamento físico.

As crianças, acostumadas a passar boa parte do seu tempo nas creches, pré-escolas e escolas, agora estão exclusivamente no ambiente doméstico ou nas ruas, dependendo do contexto social em que vive, e nem sempre, esses espaços oferecem cuidado e proteção (SANTOS; SARAIVA, 2020, p. 1179).

A infância das crianças, como categoria social e ideia de uma época especial para cada ser humano, sofreu reajustes. Se antes as crianças corriam, pulavam, dançavam, saltavam e festejavam com seus pares, na pandemia elas tiveram que remanejar o brincar dentro de casa com seus familiares. Se antes as crianças brincavam na escola, no parque, na rua ou em

qualquer outro lugar, na pandemia elas ficaram restritas ao brincar individualizado. Conforme Saraiva (2020), essa privação⁴ do brincar em espaços comunitários sociais e culturais retirou das crianças a chance de vivenciar experiências lúdicas que produzissem sociabilidade. Todavia, nesta situação pandêmica, “é inegável que a experiência da infância e os lugares das brincadeiras e sociabilidade das crianças tem se reconfigurado e outras espacialidades vem surgindo” (SARAIVA, 2020, p. 99). Nesta perspectiva, considera-se que “temos nas crises a oportunidade de subverter a lógica cruel imposta e criar outras possibilidades de (re)existências, aprendendo também com as crianças” (SANTOS; SARAIVA, 2020, p. 1178).

Posto isto, as crianças são incríveis, elas possuem peculiaridades intrigantes e complexas. Segundo as DCNEI (2009), a criança é sujeito histórico e de direitos civis, humanos e sociais de dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural. A criança é construída por interações, relações e práticas cotidianas que vivencia. Ser de identidade pessoal e coletiva, que produz cultura, interage, assimila, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade. Na visão de Barbosa (2009), as crianças são seres humanos efetivos de direitos civis. São pequenos sujeitos marcados pelo pertencimento de classe social, de gênero, de etnia e de religião. As crianças são protagonistas em suas interações e também estão imersas em problemas e dúvidas como todas as pessoas.

Quando vislumbramos os impactos do isolamento social sobre a vida das crianças, percebemos que estes impactos afetam não apenas as dimensões biológica e social do corpo, como também o corpo como direito ético e identidade, dimensão esta que deve ser compreendida como um território inviolável, que jamais deve ser destinatário de negligência, de violência, de maltrato, de punição e castigo, na defesa do direito à vida (BUSS-SIMÃO; LESSA, 2020, p. 1427).

Com efeito, não somente o vírus tem sido uma ameaça às crianças e suas famílias, a fome e a violência se fazem presente (MACEDO, 2020). De acordo com Franco e Soares (2020), a população negra periférica foi a que mais sofreu com a pandemia da Covid-19. Além de um conjunto de fatores de estresse que a pandemia trouxe, a população negra teve que enfrentar ainda mais rigorosamente o desemprego, a violência doméstica, a fome e a informalidade no mercado de trabalho. Estas dificuldades recaíram sobre as infâncias das crianças pertencentes a essas famílias. As autoras expõem a preocupação dos profissionais de educação quando constataram a presença das crianças do CMEI, com suas famílias em busca de alimentos. Que terrível vivência para esta população e que assombrosa infância para essas

⁴ Que para o momento, indubitavelmente, é indispensável e necessária à saúde das crianças e seus familiares.

crianças. São famílias que não tiveram o direito previsto da Constituição Federal, que diz respeito à alimentação adequada. Isso revela que o Brasil não só voltou ao Mapa da Fome, mas na realidade ele nunca saiu de lá. É a evidência de um Estado que viola benefícios e negligencia deveres.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança [...] com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, Art. 227).

METODOLOGIA

Trata-se de um ensaio teórico de aproximação com a temática a ser desenvolvida como trabalho de conclusão de curso de graduação em Pedagogia. Com ele, pretende-se aprofundar o conhecimento acerca dos impactos ocasionados pela pandemia na infância das crianças. Dentre os artigos científicos, livros, sites e documentos legais utilizados como fontes de inspiração, destacam-se os que apontam as crianças como sujeitos de direitos que participam ativamente da sociedade e que produzem cultura (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988; LDB, 1996; PANIAGUA; PALACIOS, 2007; DCNEI, 2009; FARIA; FINCO, 2013; FILHO, 2021), que tratam da infância e a pandemia (BUSS-SIMÃO; LESSA, 2020; FRANCO; SOARES, 2020; MACEDO, 2020; SANTOS; SARAIVA, 2020; SOUZA, 2020; ANJOS; PEREIRA, 2021) e que mostram a brincadeira como cultura lúdica da infância (BARBOSA, 2009; CONDESSA, 2018; SARAIVA, 2020; MELLO; NEGREIROS; ANJOS, 2020). São estudos que respeitam os direitos das crianças e refletem participação, ética e respeito aos sujeitos envolvidos (GONÇALVES, 2018).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com as creches, pré-escolas e escolas fechadas, percebemos mais do que nunca a vitalidade dos espaços escolares. “A instituição educativa é, portanto, em nossa sociedade, o lugar das crianças [...]” (MACEDO, 2020, p. 1409). Tratando especificamente da Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, ela é a única etapa que está vinculada a uma idade própria, isto é, atende crianças de zero a três anos na creche e de quatro e cinco anos na pré-escola. A Educação Infantil é assegurada pela Constituição Federal de 1988, confirmada

pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e legitimada pela Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96. A Educação Infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (LDB, 1996).

Os primeiros passos da vida social da criança, fora do espaço familiar, acontece na Educação Infantil. Conforme Faria e Finco (2013), as vivências e conflitos que as crianças se envolvem nos ambientes das creches e pré-escolas retratam diversas possibilidades de conhecer o outro, relacionar-se com as diferenças e diversidade, bem como construir pertencimento étnico, de gênero e de classe. A Educação Infantil é o espaço tanto do adulto quanto da criança e “ao tratarmos do coletivo infantil em creches e pré-escolas, destacamos sua potencialidade em permitir vivências em ambientes coletivos e a convivência com a diversidade” (FARIA; FINCO, 2013, p. 112).

Estamos convencidos de que as instituições de Educação Infantil têm uma importância estratégica no combate às desigualdades e no sistema de proteção às crianças pequenas desde bebês. Instituições educativas são a presença do Estado no cotidiano das famílias brasileiras (ANJOS; PEREIRA, 2021, p. 9).

Segundo as DCNEI (2009), as práticas pedagógicas da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e as brincadeiras. Interações e brincadeiras que ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas; possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar; possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas e outros recursos tecnológicos e midiáticos e possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade. De acordo com Prado (2006, p.2 *apud* MACEDO, 2020, p. 1416), as produções das culturas infantis são:

[...] aquelas que não se dão somente em obras materiais, mas também, na capacidade de as crianças transformarem a natureza, de estabelecerem relações sociais múltiplas e diversas, no confronto e na construção de diferentes experiências de todos os atores sociais presentes no contexto educativo e na sociedade mais ampla, em relação. As culturas infantis manifestam-se como aberturas para novas formas de ver e de compreender a infância e seu significado, tanto para as próprias crianças como para além delas.

No entanto, todas essas práticas foram suplantadas por uma “pedagogia” da tragédia. Fatos antes da pandemia já evidenciavam uma preocupação quanto aos direitos legais das

construções e produções do universo dos artefatos culturais infantis: distanciamento do mundo adulto, infância pouco partilhada em vida pública, formação docente deficiente, segregação à participação política, depreciação das políticas públicas, mercantilização da educação, preparação para a vida adulta, fomentação de vida capitalista ocidental etc (MACEDO, 2020). Se estes fatos antes de uma crise epidemiológica já eram excessivamente conflituosos de serem combatidos, durante a pandemia essa “luta pelo direito à vida e à educação” (SOUZA, 2020, p. 1383) das crianças se tornou ainda mais laboriosa. “Estes outros desafios que a pandemia nos trouxe, evidenciam ainda mais a necessidade da criança ser considerada como uma responsabilidade de toda a sociedade” (ANJOS; PEREIRA, 2021, p. 5).

Fora dos ambientes educativos, “a criança perde não apenas o espaço físico, mas, sobretudo, altera estruturalmente suas condições de produzir e de se relacionar com a cultura, com a sociedade, com a vida política” (PERROTTI, 1990, p. 92 *apud* MACEDO, 2020, p. 1409). Pode-se notar nos dados a seguir que antes da pandemia, em 2019, as crianças compunham um alto índice de afluências na Educação Infantil. E isso evidencia que a primeira etapa da Educação Básica se faz idiossincrática na infância das crianças em sua formação humana, social e política.

No Brasil, em 2019, 56,4 milhões de pessoas frequentavam escola ou creche. Entre as crianças de 0 a 3 anos, a taxa de escolarização foi de 35,6%, o equivalente a 3,6 milhões de estudantes. [...] Entre as crianças de 4 a 5 anos, a taxa foi de 92,9% em 2019, frente aos 92,4% em 2018, totalizando pouco mais de 5 milhões de crianças. Já na faixa de idade de 6 a 14 anos, a universalização, desde 2016, já estava praticamente alcançada, chegando a 99,7% das pessoas na escola em 2019 (IBGE, 2019, p. 4 *apud* MACEDO, 2020, p. 1409).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É pertinente que o enclausuramento da infância das crianças vetou a oportunidade delas conviverem com as diferentes infâncias e culturas. A infância, segundo Barbosa (2009), é a forma específica de conceber, produzir e legitimar as experiências das crianças. Pode-se falar de infâncias, no plural, pois são vividas de modo muito diverso. A infância deixa marcas, é uma reserva de sonhos, de descobertas, de tristezas, de encanto e entusiasmos. A infância não está unicamente ligada a faixa etária que vai do nascimento à adolescência, transcende a isto, visto que a infância - as infâncias - afeta a criança nos diferentes graus dependendo da classe social à qual pertence e pelos acontecimentos históricos e econômicos da sociedade. Qvortrup (2011, p. 203 *apud* MACEDO, 2020, p. 1411-1412) compreende a infância:

[...] como uma forma estrutural é conceitualmente comparável com o conceito de classe, no sentido da definição das características pelas quais os membros, por assim dizer, da infância estão organizados e pela posição assinalada por outros grupos sociais, mais dominantes.

Infância e brincadeiras, em nossa sociedade, são estritamente interligadas. Segundo Barbosa (2009), a brincadeira evidencia o ser humano, não somente por fazer parte da infância, mas por permitir sentir o mundo e experimentá-lo, aprender a criar e inventar linguagens através do exercício lúdico da liberdade de expressão. O bebê, por exemplo, brinca com ele mesmo, antes de brincar com os objetos. A criança pequena apreende brincando e brincando complexifica e as utiliza em novos contextos, sozinha ou com outras crianças. Nas interações e brincadeiras, a criança desenvolve autonomia, aprende a estar sozinha e desafia a si mesma.

Barbosa (2009) expõe que brincar, jogar e criar estão intimamente interligados, pois iniciam juntos. As brincadeiras e interações são compreendidas em relação com outras pessoas, objetos, situações que vivencia e pelo uso de diferentes linguagens expressivas. A brincadeira é a cultura da infância, por isso é importante a presença de adultos sensíveis e atentos para transformar o ambiente institucional e doméstico em um local onde predomina a ludicidade. O que há de se considerar no brincar das crianças em tempos da Covid-19 é que ele seja divertido, seguro, adequado e “importante porque insere a criança na experiência da vida e favorece a sua apreensão do mundo” (SARMENTO, 2003, p. 14 *apud* SARAIVA, 2020, p. 99), “especialmente quando há espaço para o uso da imaginação, da fantasia, da criatividade e da ressignificação de objetos, de espaços e relações” (SARAIVA, 2020, p. 99-100).

Perante os efeitos causados pela pandemia na infância das crianças, uma das “reinvenções necessárias é entender que o tempo da vida é mais importante do que qualquer produtividade ou aprendizagem. Que o tempo das crianças não deve ser mercadoria de um sistema cruel e excludente” (BUSS-SIMÃO; LESSA, 2020, p. 1179). Paniagua e Palacios (2007), reiteram que é preciso criar algumas condições para que esse tempo seja proveitoso com as crianças:

Que se desenvolvam em um clima de afeto e segurança, que haja uma certa estabilidade nas referências, que ocorram interações personalizadas adulto-criança, que se potencialize realmente a atividade conjunta entre iguais e que o adulto supervisione e, em caso de necessidade, regule as interações (PANIAGUA; PALACIOS, 2007, p. 18).

Paniagua e Palacios (2007) concordam que ao passo que crescem, as crianças vão adquirindo estima pelas outras pessoas; suas imitações, confrontações e apoio aos colegas promovem aprendizagens motoras, cognitivas e linguísticas. Todavia, o desenvolvimento não estimula as interações se estas forem pouco intencionadas. Em casa ou nos espaços escolares, os cenários só serão produtivos se potencializarem a colaboração por meio da organização e de uma adequada mediação do adulto.

Em síntese, infância e pandemia é um tema que está sendo amplamente discutido, uma vez que “as preocupações com o futuro pós-pandemia e com a vida escolar das crianças são justas e relevantes” (MACEDO, 2020, p. 1414). Não obstante dos males que as crianças veem enfrentado, enfatiza-se que suas infâncias devem ser asseguradas em estímulos adequados de atenção; lazer; segurança e afeto; serviços públicos garantidos como os de saúde, nutrição, assistência social e direitos humanos e execução de atividades governamentais asseguradas na legislação. Mesmo em tempos da Covid-19, pontua-se que crianças se manifestem em suas múltiplas formas de cultura lúdica⁵. Que elas detenham de total liberdade para gerarem novas brincadeiras, novos desafios e novas regras e que tanto a família quanto a escola priorizem “a linguagem principal da criança, aquela que promove sua saúde mental e física - brincar, brincar, brincar e com segurança” (MELLO; NEGREIROS; ANJOS, 2020, p. 4).

REFERÊNCIAS

ANJOS, Cleriston Izidro dos; PEREIRA, Fábio Hoffmann. **Educação infantil em tempos de pandemia**: outros desafios para os direitos, as políticas e as pedagogias das infâncias. Zero-a-Seis, v. 23, n. Especial, p. 3-20, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosseis/issue/view/3163>>. Acesso em: 30 set. 2021.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Práticas cotidianas na educação infantil**: bases para a reflexão sobre as orientações curriculares. Brasília: MEC, SEB, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relat_seb_praticas_cotidianas.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2021.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 21 jun. 2021.

⁵ “[...] danças (rodas, folclore, natal, carnaval), lengalengas e cantigas (acompanhando movimentos - rodas e jogos), jogos infantis (com vários níveis de movimento – motricidade fina e geral; jogos de imitação e “faz de conta”), construção e exploração de materiais e brinquedos (dobragens em papel, bolas de sabão, bonecos de trapos, bolas de meias, carrinhos de milho) – entre outras atividades” (CONDESSA, 2018, p. 274).

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298rce5-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 14 jun. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 21 jun. 2021.

BUSS-SIMÃO, Márcia; LESSA, Juliana Schumacker. **Um olhar para o(s) corpo(s) das crianças em tempos de pandemia**. Dossiê Especial: As crianças e suas infâncias em tempos de Pandemia. Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 1420-1445, dez./dez., 2020. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/78165>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

CONDESSA, Isabel Cabrita. **A cultura lúdica infantil na escola atual**: Estão as crianças a ser deixadas para trás?. Zero-a-Seis, v. 20, n. 38, p. 272-287, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/19804512.2018v20n38p272/37737>>. Acesso em: 14 jun. 2021.

FARIA; Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela. **Creches e pré-escolas em busca de pedagogias descolonizadoras que afirmem as diferenças**, p. 109 – 124. Educação Infantil e diferença/Anete Abramowicz; Michel Vandebroek (org.). – Campinas, SP: Papirus, 2013.

FILHO, Altino José Martins. **Pesquisa com crianças deixar fazer viver a viva voz das crianças**. Dossiê - Infâncias e pesquisas: problematizações epistemológicas, metodológicas e éticas. Revista Humanidades e Inovação v.7, n.28, p. 176-187, 2021. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2072>>. Acesso em: 14 jun. 2021.

FRANCO, Nanci Helena Rebouças; SOARES, Maria Patrícia Figueiredo. **“Um jeito negro de ser e viver”**:(re) inventando a vida no contexto da pandemia da covid-19—o que dizem as crianças negras e suas mães. Zero-a-Seis, v. 22, n. Especial, p. 1229-1254, 2020. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/78491>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

GONÇALVES, Carolina Abrão. **Ser criança imigrante boliviana na Ocupação Prestes Maia**: o cotidiano e os sonhos da infância. 2018. Dissertação de Mestrado em Educação – FE – USP. São Paulo, 194 p, 2018. Disponível em: < <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-14122018-094847/pt-br.php>>. Acesso em: 14 jun. 2021.

MACEDO, Elina Elias. **Desigualdade e pandemia nas vidas das brasileiras e dos brasileiros**. Dossiê Especial: As crianças e suas infâncias em tempos de Pandemia. Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 1404-1419, dez./dez., 2020. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/77746>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

MELLO, Ana Maria; NEGREIROS, Fauston; ANJOS, Cleriston Izidro dos (organizadores). Caderno de Direitos - **Retorno à creche e à escola**: Direitos das crianças, suas famílias e

suas/seus educadoras/es - gestoras/es, professoras/es e funcionárias/os. EDUFPI, Piauí: 2020 34pp. 17fls. Disponível em: <
https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Caderno_Direitos__EDULPI_com_ISBN20200725103619.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2021.

PANIAGUA, Gema; PALACIOS, Jesús. **Educação infantil**: resposta educativa à diversidade / Gema Paniagua, Jesús Palacios; tradução Fátima Murad. – Porto Alegre: Artmed, 2007. 256 p.; p&b; 23cm.

SANTOS, Solange Estanislau dos; SARAIVA, Maria Rebeca. **O ano que não tem fim**: as crianças e suas infâncias em tempos de pandemia. Dossiê Especial: As crianças e suas infâncias em tempos de Pandemia. Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 1177-1187, dez./dez., 2020. Disponível em: <
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/78765>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

SARAIVA, Marina Rebeca Oliveira. **Por que eu tenho que brincar na rua?** Reflexões éticas, metodológicas e epistemológicas sobre um percurso de pesquisas com crianças nas cidades. Humanidades & Inovação, v. 7, n. 28, p. 93-103, 2020. Disponível em: <
<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/2729>>. Acesso em: 14 jun. 2021.

SOUZA, Fernanda Cristina de. **É preciso erguer a voz**: diálogos sobre movimentos sociais, infâncias e pandemia. Dossiê Especial: As crianças e suas infâncias em tempos de Pandemia. Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 1383-1403, dez./dez., 2020. Disponível em: <
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/77881>>. Acesso em: 21 jun. 2021.